

Conflitos Socioambientais e Educação Ambiental: Reflexões sobre uma educação para a justiça ambiental

Carlos RS Machado¹
Caio Floriano dos Santos²
Cleiton Freitas³
Vinicius Puccinelli⁴
Leila Salles⁵
Álvaro Fernandez⁶

Resumo:

O trabalho apresenta conclusões de pesquisa desenvolvida entre 2014-2017 no projeto *Natureza, Conflitos e Injustiça ambiental* (financiado pelo CNPq/Brasil) tendo como temas de estudo o desenvolvimento, a sustentabilidade e a educação ambiental no extremo sul do Brasil e este do Uruguai. Seu foco foi a relação dos conflitos e problemas socioambientais com os discursos da educação ambiental na produção da hegemonia capitalista, e as possibilidades de “outra” educação ambiental – que ao longo da pesquisa passamos a intitular educação para a justiça ambiental. O ponto de partida foi o mapeamento dos conflitos ambientais e urbanos que realizamos através do acompanhamento diário de periódicos da região de 2011 a 2015 pelo Observatório dos Conflitos e do conflito contra a mineradora Aratirí/Uruguai em 2015 (Machado e Varela, 2015) que geraram também: pesquisa com grupos impactados pelo agronegócio e venenos na região do Taim/RS/Brasil (Puccinelli, 2016); com professores e alunos impactados em suas atividades escolares pela destruição de sua escola por uma estrada para escoar produtos ao porto do Rio Grande/RS (Freitas, 2016); pesquisa do Porto do Rio Grande, o qual tem no desenvolvimento sustentável sua produção discursiva associada à educação ambiental, a comunidade e ao licenciamento (Santos, 2016); pesquisa participante das mobilizações e lutas das mulheres da Baixada Fluminense contra a refinaria de Petróleo (REDUC/Brasil/RJ) (Salles, 2017) e por fim, uma pesquisa de/como governo e empresa se juntam na produção injustiça ambiental às crianças e comunidades indígenas na Colômbia (Fernandez, 2017). Primeiro, caracterizamos o contexto sócio econômico e político do período (2014-2017) do *consenso das commodities* (SVAMPA, 2011, 2012, 2016) á crise dos governos progressistas (Argentina, Brasil, Venezuela, etc.) e á ascensão do populismo de direita neoliberal; em segundo, apresentamos as pesquisas realizadas e ao final, a reflexão da relação da educação ambiental com os conflitos concluindo que: *os conflitos e problemas socioambientais podem ser associados á processos educativos, a educação ambiental é utilizada como parte da produção da hegemonia capitalista, urge necessidade de articular a justiça/injustiça ambiental e os conflitos na produção de educação para a justiça ambiental.*

Palavras-chave: Conflitos socioambientais, Injustiça e Educação ambiental

¹ Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, correo: carlosmachado2004furg@gmail.com;

² Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, correo: santoscaiof@gmail.com;

³ Instituto Federal Superior Rio Grande do Sul, Brasil, correo: cleitonmusic@gmail.com;

⁴ Doutorando Universidade Federal Santa Catarina, Brasil, correo: viniciuspuccinelli@gmail.com;

⁵ Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, correo: leilasalles03@gmail.com;

⁶ Universidade Federal Rio Grande, Colômbia, correo: AJFCBOG@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta conclusões de investigação intitulada *Natureza, Conflitos e Injustiça ambiental*, financiado pelo CNPq/Brasil (2014-2017), articulada a pesquisas de mestrado, doutorado e de pós-doutorado relacionando os conflitos e problemas ambientais à educação ambiental apoiadas na perspectiva da (in)justiça ambiental (MACHADO, 2014; ACSELRAD, 2004). O problema da pesquisa macro questionava se “é possível utilizar os conflitos ou problemas socioambientais à reflexão crítica sobre os processos de produção e reprodução da hegemonia capitalista a partir dos discursos, processos políticos e das ações e atividades educativas e de educação ambiental que desenvolvem, apóiam e/ou financiam governos e empresas e, assim, propiciam contribuições ao/para a produção de “outra” educação e de “outra” educação ambiental, que parta das comunidades e grupos impactados e injustiçados e tendo os processos conflituos e as demandas destes como *metier* da política e da educação e não como caso de polícia?”

Primeiro, caracterizamos o contexto sócio econômico e político da pesquisa macro (2014), atualizando a interpretação (2017), já que do *consenso das commodities* (SVAMPA, 2011, 2012, 2016) e da crise da hegemonia dos governos progressistas (Argentina, Brasil, Venezuela, etc.) passamos a ascensão do populismo de direita neoliberal com Temer, Macri e Trump. Depois, apresentamos o Observatório dos Conflitos, os conflitos socioambientais e as investigações realizadas pelos mestrados e doutorandos vinculados (Santos, 2016; Freitas, 2016; Puccinelli, 2016; Salles, 2017; Fernandez, 2017) a pesquisa macro (CNPq, 2014-2017). Por fim, as implicações para a educação ambiental em sua relação com os conflitos e problemas ambientais estudados.

1. O CONTEXTO DAS PESQUISAS EM TRANSFORMAÇÃO

De 2011 a 2015 mapeamos os conflitos ambientais e urbanos publicizados na imprensa (identificando demandantes, demandas e demandados) em 11 municípios do extremo sul do Brasil, e em 2015 no este do Uruguai (2015) e sua relação com a injustiça ambiental e a educação ambiental. Disso caracterizamos o contexto de “fundo” como de injustiça e da desigualdade ambiental (CARTA, 2012; ACSELRAD, 2009), seja na cidade do Rio Grande e região, depois na região do estudo no Uruguai, na baixada fluminense no Rio de Janeiro e na região La Guajira (Colômbia). Tal contexto, interpretado como estando inserido no capitalismo de exportação de commodities (SVAMPA, 2012) e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013) deu consistência analítica e teórica aos conteúdos da coleta (estatísticas, pesquisas, e documentos, etc.).

Nas pesquisas buscamos entender como estava sendo produzida a hegemonia capitalista a partir do discurso e de práticas “ditas” sustentáveis, e em alternativa se isso nos possibilitaria pensar alternativas, como contribuir à “outra” educação ambiental (SANTOS, et. al., 2013; SANTOS, et. al., 2015). Educação Ambiental que fosse produzida pelas próprias comunidades impactadas ou injustiçadas ambientalmente. Predominava, então (2014), na gestão estatal de inúmeros países da América Latina governos progressistas; que em fins de 2017, tanto no Brasil quanto na América Latina, mudaram para gestões liberais e neoliberais em sua maioria.

No Brasil, a ofensiva da direita e das classes dominantes teve sua unidade expressa no apoio parlamentar e empresarial na destituição de Dilma Rousseff da gestão do país e as de ás “reformas” liberais e neoliberais além de medidas semifascistas no referente à moral e aos valores. Tal bloco foi composto por Temer, Cunha, Aécio e companhia (PSDB), FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo); depois os bancos e o agronegócio, que vinha lucrando com os governos progressistas, e da mídia (que teve desde o início a Globo como articuladora). Ampliou-se com a corrupção que veio a público e o apoio da classe média até o impeachment de Dilma (PT) em 2016. Entretanto, afirmariamos que foi o fim dos recursos provenientes das exportações de *commodities*, que financiava o neo-desenvolvimentismo (SVAMPA, 2016) impossibilitando à manutenção ou ampliação das melhorias as classes populares e aos grupos dominantes nas alianças destes governos.

2. OS CONFLITOS, O OBSERVATÓRIO E AS PESQUISAS

Os conflitos sociais e ambientais fazem parte das “reflexiones en las ciencias sociales en diferentes áreas del conocimiento, y perspectivas teóricas y prácticas decurrente del lugar social y punto de vista de aquel que hace la reflexión y/o se posiciona/produce en el campo económico-político-teórico” (TAKS, 2013; SOTO, 2013; ZHOURI et. Allí, 2013; ACSELRAD, 2004). E Rodrigo Viégas disse que o conflito é “uma relação social na medida em que a atividade é orientada para a intenção de fazer triunfar a própria vontade contra a resistência de outros/as (VIÉGAS, 2009, p.147-148).

Os conflitos socioambientais na América Latina que ocorriam em decorrência dos projetos neo-desenvolvimentistas e neoliberais nas últimas décadas indicavam que “actores sociales diversos como los movimientos de indígenas y campesinos en sus luchas ancestrales por la tierra, más aun nuevas formas de movilización y participación ciudadana, centradas en la defensa de los bienes naturales, la biodiversidad y el ambiente” estavam em contra tais projetos e explorações da natureza (SVAMPA, 2012, p.19). Mas, estes “nuevos movimientos sociales rurales y urbanos (en pequeñas y medianas localidades), serian de carácter poli clasistas, impulsados por determinadas ONGs, por redes de intelectuales y expertos, de colectivos culturales, etc.” (SVAMPA, 2012, p.20).

Portanto, os conflitos socioambientais que estavam emergindo em decorrência de problemas e injustiças sociais e ambientais, indicavam também, a disputa de projetos de futuro aos territórios onde se desenvolveriam ou desenvolviam tais empreendimentos extrativistas; e ainda, que neste projeto de futuro a defesa da natureza, dos territórios e de espaços de vida seculares e de grupos e povos que ai vivia e que empresas nacionais e internacionais com apoio de governos neoliberais e progressistas queriam explorar. Portanto, no centro destes estava a desigualdade ambiental e a injustiça para muitos/as e o lucro e o beneficio para poucos.

2.1 O Observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil e o conflito no Uruguai

Na constituição do observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil (2011), e do mapeamento dos conflitos e problemas ambientais e dos dados compilados da distribuição da riqueza, das terras e de como as políticas públicas beneficiam os mais poderosos e com mais poder de informação e articulação, partimos das contribuições da Rede Brasileira de

Justiça Ambiental, o Observatório dos Conflitos urbanos do Rio de Janeiro e do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais.

Disso, podemos afirmar que no extremo sul do Brasil a persistência da desigualdade social e ambiental os motivos/causas da enorme quantidade de conflitos se deve a implementação de mega-empresendimentos como a ampliação do porto da cidade, pólo naval agora em crise (2017), estradas duplicadas, além dos tradicionais plantações e contaminações devido aos arrozais, à soja, *pinus* e outras atividades extractivistas ou semi-manufaturadas em nome do desenvolvimento (MACHADO, SANTOS e MARCARELLO, 2015).

No caso do Uruguai, o estudo se centro nas mobilizações contra a mineradora a “céu aberto” que o governo e empresa Aratirí estavam tentando implementar no centro do país, mas foi bloqueada devido a “una vasta resistencia” em defesa dos “los territorios e de sus tradiciones” por povoados, grupos sociais diversos, ONGs populares primeiro na região de Cerro Chato e Valentines (região da possível mineração) e depois em todo o país.

Portanto, os conflitos socioambientais levaram Maristela Svampa ao termo **giro ecoterritorial**, pois alguns tópicos das mobilizações possibilitam uma articulação de perspectivas diversas “bienes comunes, soberanía alimentaria, justicia ambiental y ‘bien vivir’”. E disso, diríamos que o neoliberalismo é parte de um modelo civilizatório e sua expressão mais “potente” na atualidade é “la naturalización de las relaciones sociales capitalistas”; e de a dominação capitalista é imperial e colonial ao mesmo tempo, pois se efetiva através da “forma como se articulan los saberes modernos con la *organización del poder* constitutiva del mundo moderno” (LANDER, 2011, p.18; QUIJANO, 1991). Nesta perspectiva a natureza é recurso a ser explorada com vista ao lucro.

Sendo a transformação da natureza realizada pelo trabalho, pois é daí que a riqueza é produzida, sua apropriação é desigualmente distribuída pelos envolvidos neste processo; a terra é também apropriada e usada, significada diferente e desigualmente por parte dos diferentes classes e grupos desde os tempos coloniais. E na atualidade, as fontes de energia, os recursos naturais e a biodiversidade não nichos potenciais de geração de mais e mais lucros. E para isso o Estado e suas políticas têm, como sempre tiveram, um papel fundamental na sustentabilidade de tal sistema de exploração e desenvolvimento.

2. 2 - A Educação Ambiental do Porto Rio Grande/RS/Brasil

O município de Rio Grande/RS, localizado no extremo sul do Brasil, constituiu-se primeiramente como um Fortaleza Portuária em virtude de sua posição estratégica para a Coroa Portuguesa, desde 1737. Durante sua expansão, migrantes se instalaram em seu entorno constituindo inúmeros bairros populares. Recentemente (até 2015) foi marcado pela modernização portuária e implementação da indústria naval, impulsionadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) entre 2011-2015 do governo Lula e Dilma. Nesse contexto, o objetivo geral de pesquisa foi "identificar e analisar a Educação Ambiental desenvolvida pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG\PRG), através do Programa de Educação Ambiental, como das ações desenvolvidas junto às comunidades em áreas/territórios do seu entorno na cidade de Rio Grande/RS/Brasil (entre 2005-2014)" numa pesquisa de doutorado.

Caio Floriano dos Santos (2016), valendo-se para isso de procedimentos de pesquisa como entrevistas abertas, levantamento bibliográfico e análise documental, analisou as atividades desenvolvidas na resolução negociada dos conflitos e problemas ambientais. Para fazer a análise desses dados, utilizou-se da análise do discurso, por entender que os materiais bibliográficos e documentais também são discursos.

Disso, afirmou a tese de que as ações realizadas pelo ProEA/PRG buscam mediar o diálogo com a comunidade e da comunidade com os agentes públicos e privados, atuando na "gestão empresarial dos riscos sociais" e "gestão social dos territórios", ampliando assim, o "estoque de capital reputacional" dos empreendimentos através da obtenção da "licença social para operar" bem como tendo neste órgão estatal o apoio e a parceria na garantia dos negócios e lucros dos grupos empresariais.

2.3 – No caminho da educação ambiental dos capitalistas havia uma escola

Cleiton Oliveira Freitas (2016) realizou uma pesquisa de mestrado com objetivo investigar os processos de injustiça ambiental e educacional decorrentes da duplicação da BR-392, à qual liga a metade sul do estado ao Porto da cidade do Rio Grande, ao ocasionar a demolição de parte do prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues, situada no distrito do Povo Novo nesta cidade/RS, entre os anos 2007-2015.

A questão da pesquisa foi às relações entre as retóricas ambientais e desenvolvimentistas com a realidade vivida, desde e a partir de relatos da Comunidade Escolar impactada negativamente. A pesquisa de natureza qualitativa utilizou de observações, da análise de matérias veiculadas em jornais, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal com membros da Comunidade Escolar. As informações coletadas foram analisadas criticamente à luz de categorias como conflitos socioambientais, injustiça ambiental, (de)colonialidade entre outras e do projeto desenvolvimentista que sustenta a duplicação para escoar a "produção" pelo Porto do Rio Grande; mas também, das ações de Educação Ambiental promovidas pelas empresas (DNIT e consultores).

Como resultados, a pesquisa revelou o descontentamento da Comunidade Escolar com os efeitos do projeto no local, bem como explicitou que as ações de Educação Ambiental promovidas pela empresa se limitaram a práticas voltadas para a fauna e a flora, desconsiderando as necessidades concretas da população e os problemas decorrentes da duplicação da BR-392. Inclusive, neste caso, da mortandade de animais e de destruição ambiental em consequência.

2.4 - Educação ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da vila da Capilha.

Vinicius Puccinelli (2016) realizou uma investigação que concluiu que as políticas de preservação materializadas através da criação e estabelecimento de unidades de conservação se alastram numa arena de conflitos e tensões no território brasileiro, através da participação e da *ecologização* das comunidades. O estudo foca o caso dos conflitos e tensões que envolvem a Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim, 1986), unidade de conservação de proteção integral do extremo sul do Brasil entre as cidades de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, no RGS/Brasil. Utilizando-se de observações exploratórias, imersão em campo, diário de campo e entrevistas abertas e semi-estruturadas através de pesquisa na região. Disso, identificou a existência de uma culpabilização dos moradores locais pelos problemas da preservação e dos conflitos e tensões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, órgão gestor de áreas protegidas), de acadêmicos e ONGs. Este órgão, ao desconsiderar o agudo cenário de desigualdade e

injustiça ambiental da região, realiza/apóia projetos socioambientais e de Educação Ambiental, realizados por ONGs, pautados em "mudanças de valores culturais" aos atingidos pelas políticas de preservação e pelos impactos negativos das atividades dos grandes empreendimentos, os quais não são problematizados ou impedidos de se desenvolverem. Assim, ocorre ainda, a *ambientalização* das empresas que é transmutada em “capital simbólico” através da educação ambiental, justificada em estudos de acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento. Portanto, os projetos "participativistas" (incluindo os de Educação Ambiental) e os canais formais de participação (audiências públicas, conselhos consultivos e etc.) não contribuem para o enfrentamento das desigualdades ambientais e por vezes as reforçam.

2.5 - Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ/Brasil).

O município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense é marcado por injustiças ambientais decorrente de como as sociedades capitalistas "destinam a maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, às populações marginalizadas e vulneráveis" (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, p.01). E a indústria de petróleo através da Refinaria de Duque de Caxias (PETROBRAS/REDUC) que, sob a égide da obtenção de lucros, alija dos seus benefícios a classe trabalhadora e as populações das cercanias da Baía de Guanabara “jogam” sobre os moradores da região os impactos negativos de suas atividades produtivas, além de contaminar seus mananciais aquíferos.

O objetivo geral da pesquisa foi contribuir com a organização e formação política junto às mulheres do GT- Mulheres do Fórum dos Atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica através da pesquisa sobre a educação ambiental da Petrobrás/Reduc e na organização e promoção de debates sobre o enfrentamento político aos impactos negativos gerados empresa. A pesquisa foi realizada em 3 bairros (Campos Elíseos, Parque Paulista e Parque Colonial, RJ) com mulheres que aí residem e foram co-pesquisadoras.

A pesquisa-ação, o levantamentos bibliográficos, oficinas, entrevistas com mulheres residentes nos bairros pesquisados, o caderno de campo, as pesquisas documentais no sítio eletrônico da Petrobras, no Relatório de Sustentabilidade e no Termo de Ajustamento de

Conduta (TAC-REDUC) serviram de material constituíram as bases empíricas às reflexões. Disso identificamos o discurso da Petrobras/Reduc sobre a sustentabilidade, suas preocupações com o meio ambiente e com os riscos de suas atividades e de sua educação ambiental para confrontar com as conseqüências geradoras dos impactos negativos relatados nos dados e entrevistas. A perspectiva teórica da Justiça Ambiental e da Desigualdade Ambiental, a partir da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória e da Abordagem Feminista Crítica deu suporte a reflexão.

Portanto, identificou-se, no discurso da PETROBRAS/REDUC uma ênfase no desenvolvimento sustentável e a preocupação com os riscos que sejam de alguma forma impeditiva para a continuidade de suas atividades de extração, refino e transporte de petróleo e seus derivados. Mas, se a empresa, por um lado, não se exime e admite que suas atividades causem grandes impactos de degradação ao meio ambiente, incluindo as comunidades e que se preocupa com isso, ao reconhecer o crime ambiental cometido em decorrência dos vazamentos na atmosfera e nos rios, das explosões, dos incêndios; por outro, não cumpre os Termos de Ajustamento daí decorrentes, e responsabiliza seus funcionários pelos crimes, se isenta da medida punitiva já que recebe a licença para continuar suas atividades contaminantes e de injustiça ambiental. Mas, também, diríamos ser cúmplice com violência local realizadas pelas milícias de bandidos, pelo tráfico e a polícia ao entrarem em confronto, violarem os direitos de ir e vir e além da máfia na venda de água nos caminhões-pipa e de galões na região sobre a população da baixada, enquanto, de outro lado a empresa recebe água em quantidade para suas atividades.

2.2.5 – Destruição e exploração da natureza e das gerações futuras na Colômbia

O objetivo da investigação foi identificar como é produzida a imagem da infância vítima no discurso ambiental dos atores hegemônicos na Colômbia, e suas relações com o colonialismo e o conflito socioambiental na mineração de carvão a céu aberto. Para isso: identificamos os elementos que criaram as condições para a instalação do conflito na mineração em La Guajira, sua aparição na mídia de massa e nas políticas públicas da infância na Colômbia. Posteriormente, foram discutidos os elementos coloniais na construção da imagem da infância indígenas Wayúu.

A perspectiva decolonial apoiou a análise dos discursos dos atores hegemônicos: Estado/Governo, Empresa de Mineração e Mídia de massa, ao entender a linguagem como uma construção que permite pensar a materialidade dos sentidos, sujeitos e a sua produção histórica, ou seja, as relações de poder são também discursivas e políticas. Utilizou-se a ferramenta Atlas.ti como suporte metodológico na organização das informações e na análise, permitindo a identificação de padrões e categorias emergentes na linguagem usada pelos atores hegemônicos em relação às infâncias, o indígena e a natureza.

Disso, identificou-se que o Extrativismo, o Desenvolvimento e Crise Humanitária em La Guajira fazem parte da agenda da grande mídia na Colômbia, da agenda das classes dirigentes e empresariais do país e das agendas pública e política; que estes termos da agenda são produzido e re-produzido associados a uma imagem da infância Wayúu como vítima do fenômeno do niño e da corrupção do governo local; de que os atores hegemônicos usam o discurso ambiental e a imagem da infância para justificar o extrativismo como essencial para melhorar as condições de vida em La Guajira; enquanto, por outro lado, subalterniza as práticas e saberes indígenas ao identificarem o território indígena como lugar selvagem e corrupto, mantendo-os no status de periferia para exercer o controle e administração simbólica de seus territórios e dos próprios indígenas.

A construção da imagem da “infância vítima Wayúu”, portanto, oculta as causas originais e históricas que geraram as desigualdades ambientais na região e da própria mineração de carvão. Tal discurso pressupõe que são corrupção e a mudança climática as causas da mortalidade infantil, esconde as relações humanas desiguais que ocorrem no território, produz uma imagem reducionista que procura eliminar o conflito, uma vez que isso indubitavelmente evidenciaria os interesses colonialistas dos atores hegemônicos; e assim, beneficia o governo e seus tecnocratas em suas ações subterrâneas produzidas através de uma educação ambiental colonialista, na qual os seres humanos são uma estrutura homogênea, os indivíduos responsáveis pelos danos ambientais, e de que povos indígenas precisam aprender a serem “cidadãos ambientalmente e não questiona as ações da própria empresa poluente. A educação ambiental implementada por El Cerrejón e a mídia são parte ativa da educação como instrumento colonial que impõe a modernidade como verdade inquestionável e a desigualdade ambiental como realidade inevitável.

3 – CONCLUSOES e IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Das investigações que realizamos, afirmou-se que os problemas e conflitos ambientais e urbanos que mapeamos são momentos de ruptura da hegemonia; também, no processo, passamos a vê-lo/pensá-los/investigá-los como momentos educativos, nos quais um determinado tema, problemas ou questão estão colocando em pugna grupos e setores sociais, classes, tendo nos temas ambientais e urbanos o foco do conflito. Portanto, podemos afirmar que os conflitos e problemas ambientais podem ser utilizados, seja em pesquisas que relacionem com a educação ambiental, ao mesmo tempo em que a partir delas podemos identificar os processos de produção da hegemonia dominante. No caso, desta de empresas e governos ao usarem a educação ambiental para justificar, associar ou fazer marketing de seus interesse e projetos.

Mas, ainda, o estudo possibilitou o diálogo entre os impactados negativamente pela mineração (Aratirí/Uruguai) e sua unidade apesar da diversidade dos atores impactados contra consultores, empresas e governos; na pesquisa do Porto do Rio Grande identificamos como o discurso de uma gestão “progressista” que se afirmava gestor para todos e gerador de emprego e renda, mas contraditoriamente, teve na sustentabilidade e no desenvolvimento do capitalismo via exportação de *commodities* (Santos, 2016) seu foco; ou quando gestores públicos, empresas e consultorias ambientais destroem uma escola, matam pessoas, fauna e flora (Freitas, 2016) ou envenenam pelo agronegócio (Taim, Rio Grande, Puccinelli, 2016) em nome do desenvolvimento; ou, ainda, na destruição ambiental e contaminações de uma possível mineradora (Aratirí/Uruguai) como já ocorre em La Guajira/Colômbia (Fernandez, 2016) ou na Baixada Fluminense pela indústria do Petróleo/REDUC (RJ/Brasil) em nome do lucro (Salles, 2017).

Então, como concebido (discursos e educação ambiental), diríamos que os conflitos indicam e anunciam existência do outro, do diverso e do divergente, da existência de interesses antagônicos que se explicitam/vem à tona nestes momentos e, assim, geram conseqüências fundamentais à reflexão crítica no campo da educação ambiental. Mas, para isso devemos relacionar na reflexão o espaço social das relações (o vivido) entre as classes e a natureza expressa através problemas concretos (desigualdades), das condições de vida e de trabalho injustas e desiguais no espaço da cidade ou no território.

Portanto, como **conclusão destas** pesquisas:

- (a) os conflitos são e podem ser educativos e estudados positivamente, ao contrário do que os “agentes da lei e da ordem” apregoam;
- (b) os conflitos no momento em que ocorrem possibilitam uma ruptura da hegemonia (MACHADO e MORAES, 2016), seja dos discursos de verdades que lhes professam e da hegemonia em sentido mais amplo, seja de que a lei e a ordem são iguais para todos/as;
- (c) os conflitos seriam indicadores a estudos e pesquisas (conforme Henri Acselrad, 2004), Isso porque os conflitos explicitam em seu fazer-se um tema/problema/questão quando coloca em lados opostos dois grandes e diversos atores em pugna;
- (d) O processo de mobilização e o conflito são um processo educativo (MACHADO E LYLHYT, 2015), pois apresenta os elementos como: relações educativas entre educadores e educandos, um conteúdo e objetivos desenvolvidos em determinados contextos.

Mas, para/na reflexão crítica é/seria necessária considerar o espaço educativo mais amplo (relação da sociedade/cidade com a natureza) com estes espaços educativos específicos do cotidiano em que se desenvolve a atividade de educação ambiental. Além disso, neste conjunto de relações, deveríamos identificar o diferente do antagônico, o oprimido dos opressores, os explorados dos exploradores (MACHADO e MACHADO, 2017). Se na educação bancária predomina o uniforme e o homogêneo na transmissão de conteúdos, valores e verdades; na educação dialógica e crítica deveria considerar o conflito como tema gerador da identificação da materialidade desigual e injusta no uso, apropriação e significação da natureza/território no processo educativo.

6. BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (2004). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RELUME-DUMARÁ/Fundação Heinrich Böll.

ARAÚJO, C. F. ; MACHADO, Carlos RS; PASSOS, W. V.; SANTOS, C. F.(2013) *Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios*. 1. ed. POA: Evangraf, v. 1.

BOURDIEU, Pierre, 2ª ed. (2008). La práctica de la sociología reflexiva. In. Pierre Bourdieu y Lóic Wacquant. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI editores.

BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*, 2ª Ed. (2001). São Paulo: Ática, [1ª 1982, Minuit, França].

CASTRO, Álvaro Javier Fernandez (2017). *A construção da infância Wayúu vítima em Guajira (Colômbia): o discurso colonial que justifica o extrativismo*. Dissertação de Mestrado, Recuperado de <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1011-alvaro-javier-fernandez-castro.html>.

GONCALVES, L. D. ; MACHADO, Carlos RS; SANTOS, C. F. (2015) Educação ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Recuperado de <https://www.seer.furg.br/remea>.

LANDER, Edgardo (comp.) (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 246.

LEFEBVRE, Henri (1973). *A produção e a re-produção das relações sociais de produção*. SCORPIÃO: Portugal.

LEFEBVRE, Henri (2013). *La producción del espacio*. España: Capitán Swing, [1974, edición francesa].

MACHADO, Carlos RS ; MASCARELLO, M. A.; SANTOS, C. F. (Org.) (2015). **Conflitos Ambientais e Urbanos: casos do extremo sul do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, v. 2. 216p.

MACHADO, Carlos RS [et. al...] (org.) (2013). *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, v.1, 280 p.

MACHADO, Carlos RS; MACHADO, Tainara Fernandes (2017). O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Recuperado de <https://www.seer.furg.br/remea>.

MACHADO, Carlos RS; MORAES, Bruno (2016). Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: Contribuições à sociologia e à educação ambiental a partir de Henri Lefebvre, *Revista NORUS*, recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/9246/6593>.

MACHADO, Carlos RS; Varela, LYLIETH, El proceso educativo en los/de los conflictos

sócio-ambientais: la emergencia de los actores socio ambientales en Uruguay. (2015). In: *Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)*, Montevideo. 2015. v. 1. p. 1-18.

MACHADO, Carlos RS. Giroecoterritorial e conflictos sociambientales: reflexiones teóricas para el estudio de las movilizaciones en contra Aratirí y el Puerto de Aguas Profundas (Rocha). (2015). In: *III Congreso Uruguayo de Sociología*, Montevideo, UDELAR, v. 3. p. 1-9.

MACHADO; Carlos RS e colaboradores. *NATUREZA, CONFLITOS E INJUSTICA AMBIENTAL: desenvolvimento, sustentabilidade e educação ambiental na produção da hegemonia capitalista no extremo sul do Brasil e Uruguai*, (2014). BRASIL: Projeto de Pesquisa Financiado CNPq 2014-2017.

OLIVEIRA, Cleiton Luiz Freitas de, *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS)*, (2016). Dissertação de mestrado, Recuperado de <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011303.pdf> .

PUCCINELLI, Vinicius. *Educação ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da vila da Capilha* (2016). Dissertação de Mestrado, Recuperado de <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011270.pdf>.

QUIJANO, Aníbal, *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* (2014). Selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>.

SALLES, Leila. *Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ)* (2017). Dissertação de mestrado, Recuperado de <http://www.educacaoambiental.furg.br/index.php/mestrado/disserta%C3%A7%C3%B5es/86-dezessete/1042-leila-salles-da-costa.html>.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 11ª edição, (1999). **Um discurso sobre as ciências**. Recuperado de <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/capitulos-de-livros.php>

SANTOS, Caio Floriano dos; GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MACHADO, Carlos RS, “EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA JUSTIÇA AMBIENTAL: DANDO MAIS UNS PASSOS”, (2015), *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Recuperado de <http://www.seerfurg.br/remea/article/view/5016>.

SANTOS, Caio Floriano, *O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil)* :

a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território" (2016). Tese de Doutorado PPGEA/FURG: Rio Grande.

SANTOS, Caio Floriano; PUCCINELI, Vinicius; OLIVEIRA, Cleiton; MASCARELLO, Marcela; MACHADO, Carlos RS. São José do Norte (RS): meio ambiente como mercadoria, (2016), *GEOGRAFARES*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES, Recuperado de <http://www.publicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/11991/10857>.

SOTO, Willian, Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva de Lefebvriana (2013); in: *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios* / organizadores: Carlos RS Machado [et. al...]. – Porto Alegre : Evangraf, 2013. 280 p.;

SVAMPA, Maristela. *Consenso das Commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. *Revista OSAL – Observatorio Social de América Latina*, recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf> .

SVAMPA, Maristela. *DEBATES LATINO AMERICANOS – indianismo, desarrollo, dependencia y populismo* (2016). ARGENTINA: Ensayo EDHASA, [cap.2, Debates sobre el desarrollo, p.367-401].

SVAMPA, Maristela. Modelos de desarrollo y cuestión ambiental en América latina: categorías y escenarios en disputa, p.411-441. WANDERLEY, Fernanda (coord.). *El desarrollo en cuestión: reflexiones desde América Latina*. Bolivia/La Paz/CIDES-UMSA Y Oxfran, 2011.

TAKS, Javier, Los desafíos de la antropología para la comprensión de los conflictos sócio-ambientales en Sudamérica, (2013), in: *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios*/ organizadores: Carlos RS Machado [et al...]. – Porto Alegre: Evangraf, 280 p.

VIÉGAS, Rodrigo. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n.19, p.145-157, jun/jul.2009. Editora UFPR.

ZHOURI, Andréa; SAMORA, Vanessa, Conflitos ambientais e a experiência de mapeamento em Minas Gerais, in: *Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios* / organizadores: Carlos RS Machado [et. al...]. – Porto Alegre: Evangraf, 2013. 280 p.;

